

TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS DE EGRESSOS DE UM CURSO DE DOUTORADO EM PSICOLOGIA

PROFESSIONAL CAREERS OF GRADUATES OF A PHD PROGRAM IN PSYCHOLOGY

TRAYECTORIAS PROFESIONALES DE EGRESADOS DE UN CURSO DE DOCTORADO EN PSICOLOGÍA

LAURENT FRANCK JUNIOR CHARLES

Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte – MG
laurentcharles57@gmail.com

INGRID FARIA GIANORDOLI-NASCIMENTO

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte – MG
ingridfgian@gmail.com

TATIANA PEREIRA QUEIROZ

Doutora em Ciências da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte – MG
tattyqueiroz@gmail.com

THIAGO MIKAEL-SILVA

Mestre em Psicologia; Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte – MG
thiagomikhael@hotmail.com

SÉRGIO DIAS CIRINO

Doutor em Psicologia; Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte – MG
sergiocirino99@yahoo.com

Recebido em: 21/03/2022

Aceito em: 15/06/2022

Publicado em: 19/12/2022

Resumo

Este trabalho teve como objetivo principal investigar a trajetória profissional dos egressos do doutorado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Nas últimas duas décadas, o número de programas de Doutorado em Psicologia cresceu exponencialmente no Brasil. Tal aumento é significativo sob diversos aspectos, especialmente em termos de política educacional. No entanto, para analisar esse crescimento com mais rigor, são necessários estudos cuidadosamente projetados, com foco na absorção desses doutores pelo mercado de trabalho. Nesta pesquisa, analisamos a trajetória profissional de 88 doutores – 56 mulheres e 32 homens – que se formaram na Universidade Federal de Minas Gerais entre 2012 e 2018. Essa análise teve como objetivo examinar o perfil acadêmico e profissional dos doutores, suas origens e destinos profissionais. Os resultados mostraram que, do total da amostra, 73 (83%) doutores atuam, hoje, como docentes em Instituições de Ensino Superior públicas e privadas. O percentual de egressos trabalhando como docentes coincide com a literatura, apontando

que a universidade é a principal empregadora dos doutores. Os resultados também indicam que a docência deixou de ser uma atividade complementar do psicólogo, passando a ser uma área de atuação exclusiva.

Palavras-chave: Doutorado. Psicologia. Egressos. Trajetória profissional. Acompanhamento de egressos.

Abstract

The main objective of this research was to investigate the professional trajectory of the alumni who graduated from the Psychology Doctoral Program at the Brazilian Federal University of Minas Gerais. In the last two decades, this number has grown exponentially. This increase is beneficial in many ways, especially in terms of educational policy. However, to analyze the increase in doctoral programs in psychology more precisely, carefully designed studies focusing on the absorption of these doctors in the job market are needed. In this study, we analyzed the professional trajectory of 88 doctors (56 females and 32 males) who graduated from the Federal University of Minas Gerais from 2012 to 2018. This analysis aimed to examine the academic and professional profile of the doctors, their origin, and their professional destinations. The results showed that, of the total sample, 73 (83%) doctors currently work as teachers in public and private higher education institutions. Moreover, this finding is consistent with previous studies that pointed out that universities are the main employers of graduates from doctoral programs. The results also indicate that teaching is no longer a complementary activity for psychologists, but, instead, a key role in this profession.

Keywords: Doctorate. Psychology. Alumni. Professional trajectories. Monitoring PhD graduates.

Resumen

Este trabajo tuvo como principal objetivo investigar la trayectoria profesional de los egresados del doctorado del programa de posgrado en Psicología de la Universidad Federal de Minas Gerais. En las últimas dos décadas, el número de programas de doctorado en psicología ha crecido exponencialmente en Brasil. Este aumento es significativo en varios aspectos, especialmente en términos de política educativa. Sin embargo, para analizar este crecimiento de manera más rigurosa, se necesitan estudios cuidadosamente diseñados, enfocados en la absorción de estos doctores por el mercado laboral. En esta investigación, analizamos la trayectoria profesional de 88 doctores (56 mujeres y 32 hombres) egresados de la Universidad Federal de Minas Gerais entre 2012 y 2018. Este análisis tuvo como objetivo examinar el perfil académico y profesional de los doctores, sus orígenes y destinos profesionales. Los resultados mostraron que, del total de la muestra, 73 (83%) doctores trabajan hoy como profesores en instituciones de educación superior públicas y privadas. El porcentaje de egresados que trabajan como profesores coincide con la literatura, señalando que la universidad es el principal empleador de doctores. Los resultados también indican que la enseñanza deja de ser una actividad complementaria para el psicólogo, pasando a ser un área exclusiva de especialización.

Palabras clave: Doctorado. Psicología. Egresados. Trayectoria profesional. Seguimiento de egresados.

1 Introdução

A pós-graduação, embora tenha sido prevista no Estatuto das Universidades Brasileiras desde 1930, foi instituída no Brasil em 1965, por meio do Parecer nº 977/65 do Conselho Federal de Educação (CFE), aprovado em 3 de dezembro de 1965 (ALMEIDA *et al.*, 2005). A criação de uma política nacional de pós-graduação surgiu como continuidade da

reforma universitária de 1968, que possibilitou a reestruturação do sistema universitário brasileiro, com a institucionalização da carreira docente (BRASIL, 2017).

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), criada em 1951 como “campanha” para qualificar os professores de ensino superior, hoje assume o monitoramento, o credenciamento e a avaliação da pós-graduação no Brasil (YAMAMOTO *et al.*, 2010). Num mundo globalizado e em rápida evolução, a pós-graduação tem como objetivo primordial formar mestres e doutores capazes de enfrentar novos desafios científicos com autonomia intelectual, contribuindo para o progresso tecnológico, científico, econômico e social do Brasil (BRASIL, 2018a).

O primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) formulado para o quadriênio de 1975-1979 teve como principal contribuição a formação dos primeiros quadros de pesquisadores do país. O segundo PNPG (1982-1985) ainda teve como foco a expansão do sistema; buscando atenuar possíveis assimetrias regionais. O terceiro (1986-1989), por sua vez, reforçou a importância das atividades de pós-graduação para o desenvolvimento econômico do país e possibilitou algumas mudanças com destaque para a reestruturação da carreira docente (BRASIL, 2017).

Na década de 1990, o quarto PNPG (1994-2002) não foi promulgado. Porém, no âmbito da Capes, novas diretrizes foram adotadas, como o aperfeiçoamento do sistema de avaliação, a busca pela flexibilização do modelo de pós-graduação e a inserção internacional do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). O quinto PNPG (2005-2010) teve como objetivo o fortalecimento da base científica, tecnológica e de inovação, a formação de professores para todos os níveis de ensino, assim como a formação de quadros para o mercado não acadêmico (BRASIL, 2017). O sexto PNPG (2011-2020) reforça a importância do apoio à Educação Básica e considera ao mesmo tempo as projeções de crescimento da Pós-Graduação; o Sistema de Avaliação; as assimetrias regionais, entre outros (BRASIL, 2021).

A despeito do relativo curto tempo de existência do SNPG, ele é considerado um dos mais bem-sucedidos (TOURINHO; BASTOS, 2010). Diversos aspectos contribuíram para esse sucesso, como: o planejamento orquestrado por um metódico sistema de avaliação institucional, o investimento contínuo por parte do poder público e a constante mobilização da comunidade científico-acadêmica (COSTA; YAMAMOTO, 2016). De acordo com o relatório da Comissão especial de acompanhamento do PNPG 2011-2020, o SNPG compreendia, até o final do ano de 2020, 4.543 programas de pós-graduação em funcionamento, integrando 5.299 cursos de

Mestrado e Doutorado em todas as regiões do país (BRASIL, 2021). No entanto, o processo de expansão na formação de doutores não foi seguido pelo aumento dos investimentos públicos em ensino e pesquisa, o que dificultou a geração de empregos no mercado de trabalho acadêmico (BRASIL, 2018b).

O número de títulos de Mestrado e Doutorado concedidos por IES brasileiras mais do que triplicou no período de 2000 a 2016, atingindo a marca de 59,6 mil novos mestres e 20,6 mil novos doutores (BRASIL, 2017). Sobre a pós-graduação em Psicologia, atualmente, a área conta com 64 Doutorados, 86 Mestrados acadêmicos e 14 Mestrados Profissionais, totalizando 164 cursos, distribuídos em 100 programas de pós-graduação (BRASIL, 2019). Quanto ao *status* jurídico, a maioria dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPsi) encontra-se em instituições públicas (72%) (BRASIL, 2016, 2019). No entanto, no que diz respeito à distribuição dos PPGPsi por região geográfica, considera-se que ela se dá de maneira desigual (YAMAMOTO *et al.*, 2010; BRASIL, 2019), uma vez que quase metade desses programas encontra-se no Sudeste do país (46,5% ou n= 40 programas) (BRASIL, 2016).

A avaliação na área de Psicologia tem buscado examinar inúmeros indicadores que cobrem ponderadamente diversos aspectos desenvolvidos pelos PPGPsi e que merecem ser considerados, sendo um deles a atuação profissional dos egressos dos programas (BRASIL, 2018a). Tal indicador pode contribuir para a robustez do processo de avaliação dos programas como um todo, uma vez que capta as contribuições dos egressos para a sociedade e para o desenvolvimento nacional (BRASIL, 2019). Até o momento da realização desta pesquisa, o PPGPsi da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) ainda não havia realizado o acompanhamento dos egressos de seus cursos de Doutorado. Todavia, os egressos dos cursos de Mestrado foram contemplados numa pesquisa financiada pela Capes (WEBER, 2003), que teve como objetivo analisar os destinos profissionais de mestres e doutores em Psicologia no País.

O PPGPsi/UFMG é constituído pelos Cursos de Mestrado e Doutorado, que tiveram seus inícios em 1989 e 2008, respectivamente. Ele objetiva a formação de pessoal qualificado na área de conhecimentos da Psicologia e das Ciências Humanas, para o exercício de atividades de ensino e de pesquisa, e concede os graus de mestre e doutor. De acordo com o Regulamento de Curso, disponível no *site* do programa, o Doutorado tem como objetivo o desenvolvimento da habilidade de desenvolver pesquisa original e independente em Psicologia e pesquisas inter e transdisciplinares que envolvam conhecimentos da área da Psicologia.

Assim, este trabalho teve como objetivo principal investigar a trajetória profissional dos egressos do Doutorado do PPGPsi da UFMG. Pergunta-se: quem são, onde estão e para onde vão os doutores em Psicologia da UFMG?

1.1 Transformações no mundo do trabalho e as concepções de carreira

O significado do trabalho variou ao longo da história, e remonta desde as comunidades de caçadores e coletores a 8.000 anos antes do Cristo. O trabalho era considerado castigo divino por desobediência. Na Antiguidade Clássica, passou a ser considerado função dos escravizados. Até o fim da Idade Média, o trabalho era visto como castigo e sofrimento e a profissionalização era determinada por nascimento ou por conveniência. A concepção do trabalho partia de um conceito mais restrito, reduzindo-o às atividades braçais e/ou manuais (LASSANCE; SPARTA, 2003; BORGES; YAMAMOTO, 2014).

Essa conotação do trabalho sofre profundas alterações com o surgimento da Idade Moderna. Essas mudanças trouxeram um novo conceito de trabalho e influenciaram enormemente as novas formas de relação de trabalho da recente sociedade capitalista (LASSANCE; SPARTA, 2003; MANDELLI; SOARES; LISBOA, 2011; BORGES; YAMAMOTO, 2014). Com o surgimento do capitalismo concebeu-se uma concepção do trabalho que o exalta como central na vida dos indivíduos, como a única forma digna de ganhar a vida, livremente do seu conteúdo (BORGES; YAMAMOTO, 2014). Nesse sentido, o século XX foi marcado por significativas mudanças no que tange ao trabalho humano (MANDELLI; SOARES; LISBOA, 2011).

O conceito de carreira, por sua vez, passou por diversas concepções ao longo das últimas décadas. A palavra "carreira" significava na língua inglesa "estrada para carruagem". Assim, a noção tradicional de carreira surgiu no século XIX simultaneamente com a sociedade capitalista industrial, passou a ser entendida como uma estrada para desenvolvimento profissional ao longo de toda a vida. Nesta concepção tradicional da carreira, as pessoas almejavam ascensão profissional e mobilidade social, baseadas em um contexto de estabilidade, hierarquias definidas e planejamento de longo prazo (VASCONCELOS *et al.*, 2010; MELO-SILVA; MUNHOZ; LEAL, 2019). Nesta abordagem tradicional de carreira, três aspectos limitam o conceito. O primeiro aspecto caracteriza-se pela noção de avanço, com a expectativa de progressão vertical na hierarquia de uma organização. O segundo refere-se à associação entre carreira e profissão. Ou seja, segundo essa concepção, um médico ou um militar, teriam

carreiras, enquanto um empregado de escritório, ou um trabalhador de indústria, não as teriam. O terceiro é a presunção de uma estabilidade ocupacional, em que o sujeito sempre exerceria atividades relativas à sua profissão até a aposentadoria (KILIMNIK *et al.*, 2008).

A despeito de as grandes empresas hierárquicas continuarem a exercer influência na forma como os indivíduos enxergam o emprego e a carreira, as chamadas carreiras organizacionais deixaram de ser predominantes (VELOSO; DUTRA; NAKATA, 2008; KILIMNIK *et al.*, 2008). Hoje, as carreiras passaram a ser condicionadas a certos motivos, como: necessidades pessoais e familiares dos trabalhadores. Nesta concepção, as pessoas passam a ser responsáveis pela própria carreira e assumem sua evolução profissional (VELOSO; DUTRA; NAKATA, 2008). Existem basicamente dois tipos de carreiras trazidas pela dinâmica da globalização: o primeiro se refere a uma carreira objetiva, externa, ofertada pelo mercado de trabalho, e o outro a uma carreira subjetiva que deve abordar a subjetividade, no sentido do desejo do sujeito, de suas motivações e anseios profissionais (DIAS; SOARES, 2012).

Existe também a teoria de construção da carreira cujo pressuposto sucede o contexto de segurança antes oferecido pelas organizações, que mantinham a tarefa de autointegração dos seus trabalhadores, por meio do cuidado, da proteção e da interpretação das suas experiências (DUARTE *et al.*, 2010). Neste estudo, o conceito de carreira é definido como a combinação e a sequência dos papéis desempenhados por uma pessoa durante o curso de sua vida (SUPER, 1980). Serão analisadas as carreiras acadêmicas e profissionais de doutores em Psicologia e examinados os caminhos trilhados por esses egressos depois da formação, procurando saber o que estão fazendo. Isto é, o trabalho investigará a trajetória profissional desses doutores.

1.2 Destinos profissionais dos egressos da pós-graduação brasileira

A crescente procura por competências específicas para a realização de muitas atividades transforma a graduação em um requisito insuficiente para o exercício profissional (MALVEZZI; SOUZA; ZANELLI, 2010). A formação continuada é a trajetória que vem sendo estimulada para a aquisição de novos conhecimentos, uma vez que o mercado de trabalho apresenta muita competitividade (BARDAGI *et al.*, 2006) e os profissionais são obrigados a aprimorar suas competências e qualificações (ORTIGOZA; POLTRONIÉRI; MACHADO, 2012). A formação de profissionais aptos a responderem às demandas da sociedade e inserirem-

se em um mundo do trabalho competitivo representa, neste caso, um grande desafio para os professores do Ensino Superior (JESUS *et al.*, 2013).

Velloso (2002) organizou um estudo – financiado e publicado pela Capes em associação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) – com cerca de 3.600 mestres e 1.800 doutores, formados na década de 1990. Tal estudo teve como objetivo analisar o destino profissional e a trajetória acadêmica dos egressos, além das relações entre formação e trabalho. As diferentes etapas da pesquisa foram publicadas em diversos volumes. As duas primeiras etapas abrangem nove áreas do conhecimento: Administração, Agronomia, Bioquímica, Clínica Médica, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Física, Química e Sociologia. A terceira etapa compreende titulados em Mestrados e Doutorados em Direito, Economia, Engenharia Mecânica, Geociências, Odontologia e Psicologia.

No capítulo assinado por Bôas, Barbosa e Maggie (2002), as autoras buscaram entender de que forma esses pós-graduados se aproximam ou se distanciam da academia depois da sua formação na pós-graduação. Seus achados apontaram que áreas como Administração, Clínica Médica e Engenharia Elétrica estavam com mais da metade dos egressos atuando fora da academia. Já outras áreas, como Física, Química, Sociologia e Bioquímica, tinham a maioria dos titulados atuando na academia. Desse modo, sobre o destino profissional dos pós-graduados, podemos dizer que a realização da pós-graduação representa um fator importante de atração de pessoas para a academia e, ao mesmo tempo, para a permanência desses indivíduos nesse campo (BÔAS; BARBOSA; MAGGIE, 2002). Ainda durante a realização dos cursos, observa-se que muitos pós-graduandos brasileiros almejam um contrato de trabalho indeterminado no Ensino Superior, por meio de concursos públicos (LOUZADA; FILHO, 2005).

No que se refere à área de Psicologia, Weber (2003) investigou uma amostra de seis cursos de pós-graduação em Psicologia, distribuídos em todas as regiões do país, das seguintes universidades: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade de São Paulo (USP), com mais de 3/4 dos entrevistados do sexo feminino. Os resultados mostraram que tanto os mestres quanto os doutores em Psicologia têm o trabalho acadêmico como atividade principal, representando 42% e 64%, respectivamente (WEBER, 2003). Cabe destacar

que existe um contingente de mestres/mestrandos e doutores/doutorandos em Psicologia atuando em diversas áreas, o que pode caracterizar uma situação de precariedade dos vínculos de trabalho (YAMAMOTO *et al.*, 2010). De maneira geral, pode-se dizer que a titulação pós-graduada na área aumenta as possibilidades de inserção no mundo do trabalho, constituindo, portanto, uma das motivações de sua realização (WEBER, 2003).

Considerando a atuação dos egressos da pós-graduação de modo geral, a Capes buscou compreender a relação entre titulados de 1996-2014, e empregados formalmente em 31 de dezembro de 2014 por grupo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (BRASIL, 2017). Para as análises, baseou-se na classificação das diferentes áreas de conhecimento em três grandes grupos: Básicas – *Natural sciences and Humanities, arts and education* –; Profissionais – *Health and welfare e Social Sciences, business and law* –; Tecnológicas – *Engineering, manufacturing and construction e Services and agriculture* –, utilizando os mesmos campos de classificação da *International Standard Classification of Education* (ISCED). Verificou-se que em todos os níveis a área básica é a que apresenta a melhor relação Titulado/Empregado. Esses egressos ocupam em sua maioria o grande grupo ocupacional “Profissionais das Ciências e das Artes” da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Em termos de níveis de pós-graduação, os egressos do mestrado têm uma repartição mais variada nas ocupações entre as diferentes áreas. No Doutorado, prevalece a ocupação no ensino, particularmente nas *Humanities, arts and education, Engineering, manufacturing and construction e Social Sciences, business and law*. Os Doutores da *Natural Sciences e Services and agriculture* são os que têm a menor taxa de emprego formal (BRASIL, 2017).

A carreira acadêmica é considerada o principal destino profissional dos titulados de Doutorado (WEBER, 2003; VELLOSO, 2004; BRASIL, 2018b). Levantamento realizado na primeira metade da década de 1990, abrangendo mestres e doutores de diversas áreas do conhecimento, indicava que 70% ou mais trabalhavam em IES, o que mostra certa predominância da atuação profissional na academia, principalmente na docência universitária (VELLOSO, 2004). Numa pesquisa realizada com 12 doutorandos brasileiros da área de Saúde, em uma universidade pública, 11 dos participantes apresentaram dúvidas em relação a seu futuro na atividade de pesquisa, destacando a alta competitividade existente no mundo da ciência (LOUZADA; FILHO, 2005).

Algumas possibilidades enxergadas por esses doutorandos eram: fazer pós-doutorado, trabalhar como professor visitante, participar de algum projeto em cooperação com outra

instituição, fazer concurso para uma universidade pública, atuar em instituição privada de ensino (LOUZADA; FILHO, 2005). De modo geral, pode-se afirmar que a maior parte dos estudantes que procuram a formação doutoral aspiram à carreira científica (BRASIL, 2018b). Observa-se, portanto, a fraca interação entre o setor industrial – de inovação – e a academia, uma vez que o número de empresas que empregam mestres e doutores em trabalhos de pesquisa e desenvolvimento no país ainda é pequeno. Em 2014, apenas 12% (73.935) dos egressos de Mestrado e Doutorado estavam empregados em entidades empresariais privadas (BRASIL, 2017). Essa é especialmente uma característica dos doutores em Psicologia. Na pesquisa realizada por Weber (2003), para a maioria dos participantes (86%), a principal motivação da realização do Doutorado foi seguir ou aprimorar a carreira docente ou de pesquisador. Resultados de estudo mais recente (BRASIL, 2017) demonstraram que as áreas de conhecimento com maior percentual de egressos atuando na ocupação “Pesquisador” da CBO (2014) são: Parasitologia (22,57%), Recursos pesqueiros e engenharia de Pesca (17,12%), Engenharia Aeroespacial (17,06%), Engenharia de Minas (16,67%), Microbiologia (12,43 %) e Biofísica (10,80%).

Os egressos da pós-graduação em Psicologia inserem-se tanto no sistema de ensino superior quanto no mercado de trabalho não acadêmico (BRASIL, 2016, 2019). É fato que, na Psicologia, esta separação entre cursos profissionais e acadêmicos não é absoluta, uma vez que muitos egressos de cursos acadêmicos atuam no mercado de trabalho não acadêmico. Da mesma forma, egressos de programas profissionais atuam no mercado de trabalho acadêmico (BRASIL, 2019). Percebe-se que na área de Psicologia existe uma defasagem entre a demanda de docentes e o quantitativo de mestres e doutores titulados para atender ao significativo crescimento dos cursos de graduação em Psicologia no Brasil nos últimos anos (BRASIL, 2016).

2 Método

A pesquisa em questão constitui-se como um estudo exploratório quantitativo e qualitativo, operacionalizado por meio da alimentação de um banco de dados sobre os egressos do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG. Esse banco de dados é composto por uma planilha eletrônica, referente aos titulados doutores (n= 88) de 2012 até agosto de 2018. Este trabalho não foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFMG por se tratar de uma pesquisa documental. Assim, o levantamento das informações foi feito por meio de

consulta de dados publicizados em plataformas virtuais, tais como o currículo lattes dos egressos, bibliotecas de dissertações e teses, LinkedIn, dentre outras. Os resultados obtidos foram submetidos à Análise de Conteúdo (BARDIN, 2008).

Foram considerados dados relativos aos egressos que defenderam as teses de Doutorado até o ano de 2018 – os egressos de 2019 não foram incluídos, uma vez que não teriam tempo de inserção profissional suficiente para compor a trajetória que esta pesquisa se propôs a analisar. Os critérios de inclusão dos participantes foram: a) ser titulado do Doutorado do PPGPsi da UFMG entre 2012 e 2018; b) ter no mínimo um ano de titulação e/ou de atuação profissional no momento da pesquisa.

Sendo assim, as informações coletadas foram tabuladas num banco de dados. Nesse banco de dados, foram reunidas as seguintes variáveis: nome do egresso, título, banca examinadora, data de titulação, ano de defesa, orientador, coorientador, linha de pesquisa, área de concentração, instituição de graduação, instituição de mestrado, área de graduação, ano de graduação, especialização, área de mestrado, ano de mestrado, bolsista, doutorado-sanduíche, lattes, atualização do lattes, LinkedIn, docência após o Doutorado (vínculo atual), docência após o Doutorado (vínculo anterior), outra ocupação profissional após o Doutorado (vínculo atual), outra ocupação profissional após o Doutorado (vínculo anterior), setor outra ocupação profissional após o Doutorado (vínculo atual), setor outra ocupação profissional após o Doutorado (vínculo anterior), pós-doutorado.

A etapa seguinte foi transformar os dados desse banco em tabelas, gráficos e mapas para melhor compreensão e leitura das informações relativas à proveniência e à atuação profissional dos egressos. A construção do mapa revelou a especialização do destino profissional dos egressos do Doutorado do programa de pós-graduação em Psicologia – áreas de concentração em Psicologia Social, Estudos Psicanalíticos e Desenvolvimento Humano – da UFMG.

3 Resultados

Do total de 88 participantes, o número de mulheres (64%) foi maior comparada ao número de homens (36%) titulados no período investigado de 2012 a 2018. Em relação ao perfil e à procedência dos egressos, a Tabela 1 apresenta essas informações. No que diz respeito às áreas de concentração, percebe-se que a maioria das mulheres obteve o título de doutora na área de Estudos psicanalíticos (25), enquanto a maior parte dos homens, na área de Psicologia social

(21). No que se refere à formação complementar, os dados obtidos mostram que 52% (46) a fizeram, como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 - Perfil e procedência dos egressos formados pelo programa de 2012 a 2018.

Variáveis	<i>fr</i>	<i>fi</i>
Formação complementar	46	52%
Área de concentração e sexo		
<i>Estudos Psicanalíticos</i>	33	38%
Mulheres	25	29%
Homens	8	9%
<i>Psicologia social</i>	38	43%
Mulheres	17	19%
Homens	21	24%
<i>Desenvolvimento humano</i>	17	19%
Mulheres	10	11%
Homens	7	8%
Egressos que não atuam como docentes		
Mulheres	12	80%
Homens	3	20%
Total	15	(100%)
Pós-doutorado	17	19%
Status jurídico das IES que cursaram a graduação		
Público	59	67%
Privado	29	33%
Total	88(100%)	

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Já a Tabela 2, contém dados referentes aos vínculos profissionais dos egressos investigados. Em suma, observa-se que a maioria (73= 83%) atua como docentes. Ademais, no que se refere ao status jurídico das IES, percebe-se que a maior parte (46%) atua no setor privado. Os resultados também apontam que um grupo de 53% (47) dos egressos possui outras ocupações profissionais. Em relação ao setor das outras ocupações profissionais, observa-se que boa parte se encontra nos setores público e autônomo, perfazendo 19% (17) e 13% (11) respectivamente, como mostra a Tabela 2.

Tabela 2 - Vínculos profissionais atuais dos egressos.

Variáveis	<i>fr</i>	<i>fi</i>
Atuação docente	73	83%
Outras ocupações	47	53%
Psicólogos	40	45%
Outras atuações	7	8%
Status jurídico das IES onde atuam como docentes		
Público	32	44%
Privado	33	46%
Ambos	7	10%
Total	73	100%
Setores de atuação das outras ocupações profissionais		
Público	17	19%
Privado	5	6%
Autônomo	11	13%
Terceiro setor	6	7%
Público e autônomo	4	4%
Privado e autônomo	4	4%
Total	47 (53%)	
Trabalho assalariado		
Docentes de ensino superior	73	83%
Atuação em serviços do setor público e privado	7	8%
Total	80	91%
Atuação como profissional liberal	21	24%
Combinação de várias inserções em diferentes áreas de Psicologia	34	39%
Locais de atuação principal daqueles que possuem uma única inserção profissional		
Consultório particular	6	12%
Universidades/faculdades	36	74%
Hospitais	4	8%
Órgãos ligados à criança e adolescente	2	4%
Total	49 (100%)	
Área de atuação principal		

Psicologia Clínica	6	12%
Docência em Psicologia	36	74%
Psicologia da Saúde	6	12%
Psicologia Social	1	2%
Total	49	100%
Atuação nas capitais do País	58	66%
Regime de trabalho máximo		
40 horas	44	56%
Atualmente empregado	84	96%

Fonte: dados da pesquisa (2019).

4 Discussão dos resultados

A seguir, os dados anteriormente apresentados e compilados nas Tabelas 1 e 2 serão mais detalhadamente discutidos, sendo que a análise deles baseou-se nas informações referentes ao perfil dos egressos em relação às áreas de formação acadêmica e às competências esperadas. Levaram-se em consideração os dados que dizem respeito à trajetória profissional desses sujeitos, após a obtenção do título de doutor(a). Nesse sentido, esta seção está subdividida em duas subseções: Perfil e origem dos egressos e Destinos profissionais dos egressos.

4.1 Perfil e origem dos egressos

De forma geral, os achados do estudo corroboram a literatura no que diz respeito ao sexo predominante na profissão, apontando que, no Brasil, a Psicologia é considerada uma profissão majoritariamente feminina (CFP, 1988, 2013; BASTOS; GONDIM; BORGES-ANDRADE, 2010). No presente estudo, dos 88 doutores analisados, 64% são do sexo feminino e 36% do sexo masculino. Esses dados coincidem também com a pesquisa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) de 2007 cujos resultados indicam que, no Brasil, as mulheres estão em maior número no Ensino Superior. Assim, a proporção de mulheres na pós-graduação em Psicologia pode estar relacionada à quantidade de mulheres nos cursos de graduação da mesma área.

Também em estudo realizado pelo CFP (2001) com 1.200 profissionais, 92,2% dos profissionais ouvidos eram do sexo feminino, contra apenas 7,8% do sexo masculino. Aliás, as mulheres representam mais de 80% de profissionais inscritos nos conselhos regionais, além da grande presença nos cursos de graduação em Psicologia (CFP, 1988, 2001; BASTOS *et al.*,

2010). O que indica que ser psicólogo motiva em maior quantidade pessoas do sexo feminino do que masculino (MALVEZZI; SOUZA; ZANELLI, 2010). Embora tenha havido um aumento da presença masculina na profissão, comparando os dados desta pesquisa com o estudo do CFP (2001), percebe-se que a Psicologia ainda é uma área de tradição feminina. É importante destacar o período no qual foi realizada a presente pesquisa. Desde o início da década de 2000, percebeu-se que as mulheres já representavam a maioria dos egressos da pós-graduação em Psicologia no Brasil. Na pesquisa realizada por Weber (2003) com egressos da pós-graduação em Psicologia, observou-se que as mulheres representam 3/4 do total da amostra, levando em consideração os mestres e os doutores. Comparando com os dados da presente pesquisa, constatou-se que, após quase duas décadas, as mulheres continuam sendo a maioria.

Em nosso estudo, há ainda diferenças entre homens e mulheres em relação ao interesse pelas áreas de concentração. Os dados mostram que a maioria das mulheres egressas do Doutorado teve como área de concentração os Estudos Psicanalíticos (25). Esses achados têm relação com os dados da pesquisa realizada pelo CFP (2013), que mostraram que as mulheres têm mais interesse pela clínica, independentemente da abordagem. Ademais, no que se refere à abordagem psicanalítica, diversos estudos mostraram que a Psicanálise continuou sendo a maior orientação teórico-metodológica escolhida pelos psicólogos (BARDAGI *et al.*, 2008; BASTOS; GOMIDE, 2010; BASTOS *et al.*, 2010). Assim, podemos levantar a hipótese de que a alta porcentagem dos egressos que escolheu a área de Estudos Psicanalíticos para a sua formação doutoral pode estar refletindo uma opção pela carreira na clínica. Na presente pesquisa, a maioria dos egressos dessa área de concentração não seguiu carreira na academia.

Dos 15 egressos (17%) que não atuam como docentes – 80% são mulheres e 20% são homens – a maioria, 11 (74%), era da área de Estudos Psicanalíticos. Trata-se de profissionais que estão atuando na clínica. Na pesquisa realizada pelo CFP (2013) sobre o aspecto dos locais de trabalho em que as psicólogas da amostra exerciam a principal atividade profissional, constatou-se que 34% atuavam em consultório particular. Número bem maior que o percentual daquelas que indicaram outros espaços, como as universidades – representando 4% dos locais.

Seguindo essa lógica de atuação profissional fora da academia após o Doutorado, é justificada a necessidade de criação de mestrados e Doutorados profissionais no País, para a formação daqueles que desejam uma carreira no mercado de trabalho não acadêmico. Em termos de cursos profissionais, no Brasil, existem atualmente 826 mestrados e 25 Doutorados profissionais, distribuídos por todas as áreas do conhecimento (BRASIL, 2021). Porém, cabe

destacar que, na Psicologia, esta separação entre cursos profissionais e acadêmicos não é absoluta, uma vez que muitos egressos de cursos acadêmicos atuam no mercado de trabalho não acadêmico. Da mesma forma, não há restrição para egressos de cursos de mestrado e Doutorado profissionais atuarem no mercado de trabalho acadêmico (BRASIL, 2019). Em outros países, existem algumas tentativas de aproximação da educação doutoral com o setor empresarial por meio da criação de Doutorados profissionais cujo intuito é o desenvolvimento de habilidades ligadas ao mercado de trabalho não acadêmico (BRASIL, 2018b). Dados do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) apontam que, no período de 2009 a 2017, o percentual de mestres empregados nas entidades empresariais privadas aumentou de 21,5% para 22,2% e o de doutores de 7,9% para 9,6%, o que representou a geração de 38.975 e 10.147 empregos pelas entidades empresariais privadas, ocupados por mestres e doutores, respectivamente (CGEE, 2019).

Todavia, a área de Psicologia ainda não possui cursos de Doutorado profissionais, uma vez que dependem da consolidação dos cursos de Mestrados Profissionais. Hoje, a área possui 14 Mestrados Profissionais, sendo que o primeiro curso foi implantado em 2013. Considerando a expressiva expansão do SNPG (TOURINHO; BASTOS, 2010; COSTA; YAMAMOTO, 2016; BRASIL, 2017), pode-se afirmar que os programas profissionais tiveram uma evolução mais lenta, uma vez que o primeiro mestrado profissional na área foi criado somente depois de mais de quatro décadas após a criação do primeiro Mestrado acadêmico em Psicologia, em 1966 (BRASIL, 2016; 2019). Em termos de emprego, de modo geral, as taxas de emprego formal dos mestres profissionais foram expressivamente mais elevadas do que a dos mestres acadêmicos entre 2009 e 2017. No início desse período, a diferença dessa taxa em favor dos mestres profissionais era de 8%. Essa diferença aumentou de forma sistemática até chegar a 14% em 2017 (CGEE, 2019).

Observa-se também na área de Psicologia algumas assimetrias regionais. Assim como os cursos acadêmicos que estão concentrados no Sul e no Sudeste do país, o que revela uma distribuição geográfica desigual (YAMAMOTO *et al.*, 2010), os 14 cursos de Mestrados Profissionais estão com concentração geográfica nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste. As regiões Norte e Centro-Oeste não possuem nenhum curso de mestrado profissional (BRASIL, 2019), cuja importância da redução das assimetrias regionais, não somente em termos da oferta de PPGPsi em todas as regiões, mas em termos de modalidade dos cursos para o melhor atendimento das demandas sociais e regionais.

A atuação de alguns egressos desta pesquisa fora da academia (17% ou n= 15 egressos) também pode ser interpretada por falta de oportunidades de trabalho nas universidades. Apesar da significativa expansão do SNPG, o processo de expansão não foi acompanhado pelo aumento dos investimentos públicos em ensino e pesquisa, o que dificultou a geração de emprego no mercado de trabalho acadêmico (BRASIL, 2018b). Ou seja, existe no Brasil uma defasagem entre a quantidade de doutores titulados e a quantidade de vagas disponíveis no mercado de trabalho acadêmico, para a inserção desses doutores. Dados do CGEE mostram que as taxas de emprego formal de mestres e de doutores diminuíram entre 2009 e 2017 de 67% para 62% e de 75% para 72%, respectivamente (CGEE, 2019). É possível que essa diminuição seja resultado da crise econômica, da diminuição do número de concursos para professores universitários e da diminuição do investimento público em educação. O que pode fazer com que essa porcentagem de egressos da presente pesquisa (17%) almeje outras carreiras além da carreira acadêmica. Além do mais, se de um lado não são muitas as oportunidades de trabalho nas instituições de ensino públicas, de outro, existe hoje um quadro de demissão em massa de docentes universitários nas IES privadas (BRASIL, 2018). Assim, observa-se que algumas IES privadas gravam aulas e contratam docentes com menores titulações, a fim de reduzir os custos (LOPES, 2021).

O mundo do trabalho, desde o século passado, foi marcado por significativas mudanças (MANDELLI; SOARES; LISBOA, 2011). Alguns elementos que justificam essas mudanças se referem aos novos modos de inserção profissional, à estrutura produtiva, aos avanços tecnológicos causados pela reestruturação econômica e à demanda por profissionais polivalentes e flexíveis, e ampliadas habilidades laborais (MANDELLI; SOARES; LISBOA, 2011; POCHMANN, 2012; LUNA; SANTOS, 2013). A omissão de titulações no *curriculum vitae* (CV) é a estratégia que vem sendo utilizada pelos doutores para superar os desafios do mundo do trabalho atual. Em um estudo realizado por Lopes (2021), com pós-graduandos e pós-graduados brasileiros, quase metade dos respondentes (49,5%) afirmaram terem omitido qualificações no CV porque temiam serem considerados “super qualificados” para o emprego desejado. Uma proporção menor (36,5%) não considerou a informação relevante para o processo seletivo em questão (LOPES, 2021). Dentre as principais recomendações na formação de pesquisadores feitas pela OCDE, com vistas à inserção profissional de portadores do título de doutor está a inclusão no currículo de disciplinas que objetivam a promoção de habilidades transferíveis (*transferable skills*), que são aquelas desenvolvidas em uma situação específica e que podem ser usadas numa outra situação (BRASIL, 2018b).

Em relação à origem dos doutores, em termos de instituições em que cursaram a graduação, percebe-se que grande parte da amostra pesquisada (51%) estudou na UFMG. Esses achados diferem daqueles obtidos por Yamamoto *et al.* (2010), os quais apontaram que aproximadamente 80% dos psicólogos formados nos últimos anos eram oriundos da rede privada. Deve-se, no entanto, ressaltar o viés desta pesquisa, uma vez que os dados coletados se referem aos doutores formados na UFMG. Logo, essa origem dos alunos em relação à graduação era um resultado esperado.

No que se refere à formação complementar dos doutores, verifica-se que 46 (52%) egressos fizeram especialização, o que corrobora a literatura. A formação complementar dos psicólogos apresenta uma peculiaridade no que diz respeito à sua complexidade e à sua abrangência. Os cursos de especialização e as vivências são, geralmente, realizados fora da universidade, no âmbito privado, mesmo quando a universidade abriga cursos de especialização (LANGENBACH; NEGREIROS, 1988).

No estudo realizado pelo CFP (2001), constatou-se uma preocupação por parte dos psicólogos em se manterem atualizados na profissão. Esses achados mostram que 53,8% dos participantes da pesquisa investiram em alguma formação complementar após sua graduação. Já na pesquisa realizada por Bardagi *et al.* (2008), com 79 participantes, foi mostrado que 88,6% desses psicólogos fizeram algum curso de formação complementar após a graduação. No estudo realizado por Yamamoto *et al.* (2010), constatou-se que aproximadamente 60% dos psicólogos que responderam ao questionário tiveram alguma formação pós-graduada *lato sensu*. Os dados dessa pesquisa mostraram, previsivelmente, que o modo de formação pós-graduada mais comum entre psicólogos brasileiros é a especialização, um modelo particularmente profissionalizante (YAMAMOTO *et al.*, 2010). O que pode ser justificado pelas demandas do mercado de trabalho, que exigem que o profissional possua alguma formação complementar para ser mais competitivo (MALVEZZI; SOUZA; ZANELLI, 2010). A formação de profissionais capacitados para responderem às demandas sociais e inserirem-se em um mundo do trabalho competitivo representa um grande desafio para os docentes universitários (JESUS *et al.*, 2013).

Os resultados desta pesquisa indicam que 17 egressos (19%) fizeram pós-doutorado. A partir da redução do número de cargos nas universidades, do crescimento da quantidade de doutores, do aumento de pesquisas e auxílio a elas, a atividade de pesquisa em diversos países desenvolvidos tem, paulatinamente, baseando-se no trabalho dos pós-doutorandos (VELHO,

2001). Muitos egressos do Doutorado, por não conseguirem inserir-se no mercado de trabalho após a titulação, optam pela realização do pós-doutorado. Essa alta porcentagem pode ser explicada pelo cenário atual de redução de oportunidades de trabalho na academia para recém-doutores, a diminuição dos investimentos públicos em pesquisa e a ausência de perspectivas de colocação profissional em outros setores. O que provoca uma precarização do trabalho do pesquisador que acaba sendo contratado de forma temporária em posições de pós-doutorado (BRASIL, 2018b).

O pós-doutorado não representa um vínculo profissional, apesar do pós-doutorando prestar serviços à universidade. Essa falta de vínculo formal de trabalho dos pesquisadores com a instituição na qual trabalham, muitas vezes, é sentida como uma falta de reconhecimento institucional pelo trabalho desenvolvido, o que pode interferir diretamente na motivação para o exercício profissional (GUIMARÃES; SOARES; CASAGRANDE, 2012) e também no risco de evasão (VELHO, 2001). Por outro lado, cabe destacar que o pós-doutorado representa uma possibilidade de aprimoramento da formação (CASTRO; PORTO, 2016). Ele não é considerado um curso, mas uma complementaridade na carreira docente e de pesquisadores já titulados. É uma etapa relevante na capacitação de pesquisadores, na reciclagem profissional e, de modo geral, nas políticas públicas (CORAIOLA *et al.*, 2013; CASTRO; PORTO, 2016; BRASIL, 2018).

4.2 Destinos profissionais dos egressos

No que se refere à trajetória profissional dos doutores, observa-se que 83% (n= 73) atuam na docência, o que coincide com a pesquisa de Velloso (2004). Os achados da pesquisa mostraram que a universidade sempre foi a principal empregadora dos doutores, absorvendo em torno de 93% deles. Esse dado é condizente também com a pesquisa de Louzada e Filho (2005), que teve intuito de analisar perspectivas e planos de carreira de futuros doutores. Os achados, como frisado anteriormente neste trabalho, mostraram que todos os futuros doutores estudados tinham como objetivo atuar na academia.

Os resultados do presente estudo também são semelhantes aos obtidos por Bastos *et al.* (2010), que apontaram que a docência não é mais considerada uma atividade complementar dos psicólogos, passando a ser uma área de atuação exclusiva. Tais achados corroboram os resultados de outra pesquisa semelhante, que mostraram que 89% dos egressos do Doutorado atuavam no Ensino Superior (ORTIGOZA; POLTRONIÉRI; MACHADO, 2012). Esse dado também vem ao encontro das informações encontradas no documento da Capes (BRASIL,

2018a), que apontam que, ao longo de muitos anos, a pós-graduação brasileira teve como foco, principalmente, a formação de professores e pesquisadores para as universidades e, inclusive, para o próprio sistema acadêmico nacional. O resultado é condizente ainda com a razão da implantação dos programas de pós-graduação no país, de acordo com o documento da área de Psicologia, que é preparar mestres e doutores para trabalhar como docentes dos cursos de graduação do país (BRASIL, 2019).

Faz-se necessário situar o período no qual esses doutores foram titulados e a realidade do mercado de trabalho brasileiro. Este estudo considerou titulados do período de 2012 a 2018. Estudo realizado pelo CGEE demonstra que entre 2009 e 2017, o crescimento no número de empregos formais de mestres e de doutores no país foi de respectivamente 92% e 125%, enquanto o crescimento do emprego formal total ocorrido no Brasil foi de apenas 12% (CGEE, 2019). Ou seja, essa porcentagem de egressos do presente estudo que atua como docente do Ensino Superior pode ser explicada, não somente pelo desejo de seguir a carreira acadêmica conforme observado na pesquisa de Louzada e Filho (2005), mas também pelas oportunidades de trabalho disponíveis na época da obtenção do título entre 2012 a 2018, sendo que a maioria deles o obtiveram antes de 2017. Dados do CGEE também mostraram que entre os anos do período 2009 a 2017, a taxa de emprego formal dos doutores foi maior em 2010 (76,7%), caindo nos anos seguintes até alcançar 72,3% em 2017 (CGEE, 2019). Isto é, é preciso considerar alguns fatores importantes que têm relação direta com a colocação dos egressos, como: o baixo dinamismo do mercado do trabalho brasileiro a partir do ano 2017 (CGEE, 2019); a demissão em massa de professores universitários nas IES privadas (BRASIL, 2018b); e a crise econômica provocada pela pandemia de COVID-19 (LOPES, 2021). Portanto, é necessária a realização de estudos mais aprofundados a fim de analisar os impactos desses fatores no emprego formal dos egressos do programa investigado.

Além do percentual de docentes (83%), os resultados mostraram que um total de 53% (47) dos egressos possuem outras ocupações profissionais. Dessa forma, 45% (40) trabalham como psicólogos e 8% (7) possuem outras atuações. Tais achados mostram que os egressos de Psicologia estão inseridos tanto no mercado de trabalho acadêmico quanto no mercado de trabalho não acadêmico, o que indica que muitos programas de caráter acadêmico também atendem à demanda de habilitação de psicólogos e de outros profissionais equivalentes para atuar em diversos tipos de instituições, como públicas e privadas (BRASIL, 2019).

Os doutores que são docentes do Ensino Superior trabalham, principalmente, em IES privadas. Os resultados desta pesquisa indicam que 46% dos doutores estão inseridos em instituições do setor privado. Esses dados são condizentes com informações sobre a expansão do Ensino Superior no país, sobretudo em relação à rede privada. De acordo com Yamamoto *et al.* (2010), na distribuição das IES no país, a partir do Censo da Educação Superior de 2006, observa-se uma grande diferença entre as redes pública e privada, com a rede privada representando 89% em relação à pública. Ademais, no tocante ao status jurídico das IES que oferecem cursos de graduação em Psicologia, pode ser observada a grande participação das instituições da rede privada, representando 89,1% dos estabelecimentos (YAMAMOTO *et al.*, 2010). Além disso, a grande presença de egressos nas IES privadas pode ser explicada pela escassez de concursos públicos para professores universitários e pelos cortes na educação.

O destino profissional dos doutores para a universidade pode ser explicado por diversos fatores. Um deles se refere à ampliação do número de matrículas em cursos de graduação na segunda metade da década de 1990, que pode ter contribuído para o aumento de vagas no mercado de trabalho para professores universitários. Além disso, as alterações nas políticas para o ensino superior brasileiro, durante os anos de 1990, teriam afetado a demanda e a oferta para pós-graduados. Outros fatores são inovações como o Exame Nacional dos Cursos e a avaliação da oferta dos cursos, em que a titulação docente é um dos indicadores de qualidade, o que, por consequência, teria provocado o crescimento da demanda de professores com nível de pós-graduação (BÔAS; BARBOSA; MAGGIE, 2002; VELLOSO, 2004). Contudo, vale destacar que há cerca de dois anos essa realidade mudou. No estudo de Lopes (2021) sobre a omissão de titulações, Mestrado e/ou Doutorado, no CV, constatou-se que as omissões ocorrem mais nas seleções para professores de nível básico e superior, uma vez que uma nova regra do MEC – a Resolução nº 1 de 6 de abril de 2018 do CNE/CES – diminuiu a necessidade de mestres e doutores, e aumentou o número de especialistas na docência do Ensino Superior brasileiro (LOPES, 2021). Por isso, é relevante considerar o período no qual os egressos do presente estudo concluíram a formação.

Em relação aos setores de atuação profissional, os achados da pesquisa mostram que os doutores que possuem outras ocupações profissionais (47 = 53%) atuam em todos os setores institucionais. Esses dados são semelhantes à pesquisa de Malvezzi, Souza e Zanelli (2010), a qual apontou que 41,8% dos psicólogos investigados descrevem-se como profissionais engajados formalmente dentro dos quatro setores institucionais, distribuídos da seguinte

maneira: na atividade autônoma, 37,3% na atividade autônoma; 33,6% no setor público; 19,7% no setor privado e 9,4% nas instituições que não são privadas nem governamentais, como as ONGs, 9,4%. No presente estudo, 19% dos egressos atuam no setor público, 6% no setor privado, 13% no setor autônomo e 7% no terceiro setor. Nesse sentido, o setor público mostra ser o que mais emprega os profissionais psicólogos (HELOANI; MACÊDO; CASSIOLATO, 2010b).

Cabe assinalar que alguns dos egressos combinam atuação em vários setores: público e autônomo, 4%; privado e autônomo, 4%. Dessa maneira, diversos motivos podem justificar esse parâmetro prevacente de combinar várias atuações em diversos setores institucionais. Uma explicação é o intuito de complementar a renda. Outra tem a ver com o fato de que diversas inserções no setor público facilitam essas combinações, apesar de providenciarem vínculos estáveis de trabalho (HELOANI; MACÊDO; CASSIOLATO, 2010b).

Nessa mesma linha, tal como na pesquisa do CFP (1988), os resultados deste estudo mostram que 34 dos doutores investigados (39%) combinam várias inserções em diferentes áreas da Psicologia. Dessa forma, permanece a tendência de o psicólogo, em grande parcela, combinar inserções em áreas distintas da Psicologia (BASTOS *et al.*, 2010), o que pode ser compreendido como um indicador de “fragilidade do mercado de trabalho” e uma situação de fragilidade dos vínculos profissionais e das condições de trabalho (YAMAMOTO *et al.*, 2010; BASTOS *et al.*, 2010; HELOANI; MACÊDO; CASSIOLATO, 2010a). Como visto anteriormente neste trabalho, com o surgimento do capitalismo criou-se uma concepção do trabalho que o eleva como central na vida das pessoas, como a única forma digna de ganhar a vida, independentemente do seu conteúdo, com o objetivo de obter sucesso econômico (BORGES; YAMAMOTO, 2014). Percebe-se que os egressos não somente combinam atividades em várias áreas da Psicologia como também associam atividades em diversos setores institucionais. Esse resultado revela uma tendência universal do trabalhador de precisar laborar em vários lugares para garantir sua subsistência, considerando as condições de trabalho no mundo atual e a redução dos salários (HELOANI; MACÊDO; CASSIOLATO, 2010a).

Em um estudo realizado por Bastos e Gomide (2010), eles perceberam que 73% dos profissionais entrevistados dedicam-se, exclusivamente, a uma única área, enquanto 22% combinavam duas áreas e somente 5% combinavam três áreas. Nesse sentido, mesmo quando possuem um vínculo de trabalho assalariado, que lhes garantem condições de subsistência, muitos psicólogos atuam de forma paralela como clínicos a fim de permanecer numa atividade

que lhes encanta e lhes proporciona identidade profissional (GONDIM *et al.*, 2010; HELOANI; MACÊDO; CASSIOLATO, 2010a). Muitos psicólogos creem que “a identidade da Psicologia se define na preocupação com a subjetividade, os sentimentos, as relações sociais, o bem-estar, a saúde mental, a singularidade, a compreensão das ações humanas, o imensurável e a imprevisibilidade” (GONDIM *et al.*, 2010, p. 234). Ademais, existe atualmente uma concepção de carreira condicionada a certos motivos, como: necessidades pessoais e familiares dos trabalhadores. Nesta concepção, os indivíduos passam a ser responsáveis pela própria carreira e assumem seu desenvolvimento profissional (VELOSO; DUTRA; NAKATA, 2008).

Existe um contingente de psicólogos com título de doutores que são assalariados (HELOANI; MACÊDO; CASSIOLATO, 2010b). No presente estudo, 91% dos doutores estudados – 80 egressos – atuam como assalariados, principalmente em serviços públicos. No estudo do CFP (2001), observou-se que 39,6% dos profissionais estudados trabalhavam sob a condição de assalariados. Esse contingente de psicólogos assalariados, especialmente no setor público, têm aumentado de forma progressiva (COSTA; YAMAMOTO, 2016), o que pode significar que estão atuando como professores de ensino superior em IES públicas ou privadas (HELOANI; MACÊDO; CASSIOLATO, 2010b). Desse modo, os achados do presente estudo corroboram a literatura mostrando que, dos assalariados, 73 (83%) atuam como docentes de Ensino Superior.

Na pesquisa realizada por Bastos *et al.* (2010), analisando os dados do estudo do CFP (2001), encontrou-se uma percentagem de 35,3% de psicólogos com atuação em clínica. No presente estudo, percebeu-se até o final da coleta de dados que 21 egressos (24%) trabalhavam na clínica. Dessa forma, mesmo que a atuação do profissional psicólogo tenha aumentado, a Psicologia Clínica continua sendo vista, tanto pelos próprios profissionais quanto pelas pessoas leigas, como a área de atuação mais comum e aquela com mais inserção (BARDAGI *et al.*, 2008; BASTOS; GONDIM; BORGES-ANDRADE, 2010). Sendo assim, o consultório mantém-se como o local de trabalho mais usado pelo psicólogo, mesmo para aqueles com atuação na área escolar, organizacional, de saúde e até de ensino/docência (BASTOS *et al.*, 2010). Contudo, no presente estudo, em se tratando de psicólogos com título de doutor, como esperado, a área de atuação mais comum é a docência.

Os resultados desta pesquisa indicam que 24% dos egressos exercem a Psicologia na condição de profissionais liberais. Cabe ressaltar que, desde o curso de graduação, há uma superestimação da atividade clínica e do perfil do profissional da Psicologia como um

profissional liberal (BARDAGI *et al.*, 2008). Os diversos estudos conduzidos, tanto no plano nacional como no regional, sobre a atuação profissional do psicólogo (CFP, 1988, 2001; YAMAMOTO, 2003; FERREIRA NETO, 2004; BARDAGI *et al.*, 2006, 2008; BASTOS; GOMIDE, 2010), têm mostrado que o predomínio da clínica, por meio de atuação em consultórios, desenvolvendo atividades de psicoterapia e de psicodiagnóstico, criou uma imagem do psicólogo como um profissional liberal.

Investigaram-se os locais de trabalho dos egressos que possuem uma única inserção profissional, ou seja, aqueles que não combinam várias inserções em diferentes áreas da Psicologia (49). Dessa maneira, tomando como base o estudo do CFP (2001), os achados desta pesquisa demonstram que 74% (n= 36) dos doutores atuam, hoje, em universidades/faculdades, enquanto 12% (n= 6) trabalham em consultórios particulares, 8% (n= 4) em hospitais, 2% (n= 1) em associação e 4% (n= 2) em órgãos ligados à criança e ao adolescente. Tais resultados contrastam com a pesquisa do CFP (2001), que indicou que os consultórios particulares eram os locais de atuação mais frequentes, com um percentual de 45,4% dos profissionais entrevistados. No presente estudo, os locais que aparecem com a maior porcentagem são a universidade/faculdade (74%). Os dados também diferem da pesquisa de Bastos e Gomide (2010), na qual o consultório representou 34,2% dos locais de trabalho, do total da amostra analisada. Porém, é importante esclarecer que essas pesquisas tiveram uma amostra mais heterogênea, contendo psicólogos graduados, especialistas, mestres e doutores, com a maior parte dos entrevistados sem pós-graduação *stricto sensu*. O que explica as diferenças nos locais de trabalho.

Em contrapartida, os dados do presente estudo são condizentes com as informações de que existe um contingente de psicólogos atuando em unidades de instituições públicas ou privadas de saúde, como os hospitais (BASTOS; GONDIM; BORGES-ANDRADE, 2010). Cabe ressaltar que, tal como neste estudo, o local de trabalho do psicólogo é, muitas vezes, utilizado como critério principal para definir a área de atuação, independentemente das atividades lá desenvolvidas (CFP, 2001; BASTOS; GOMIDE, 2010; BASTOS *et al.*, 2010). Sobre a área de atuação principal dos egressos de Psicologia que possuem uma única inserção, os resultados da presente pesquisa indicam que a mais comum é a docência em Psicologia (74%), seguida da Psicologia da Saúde (12%), da Psicologia Clínica (12%) e da Psicologia Social (2%). Os achados do presente trabalho vêm ao encontro dos resultados da pesquisa do CFP (2001), que apontam que a Psicologia Social era exercida por uma minoria dos

entrevistados (1,7%), mas contrastam com os resultados do mesmo estudo em relação à atividade docente, que era desenvolvida por uma minoria (2,2%) à época. Tais achados corroboram resultados de outros estudos semelhantes, que apontaram que a Psicologia da Saúde é a segunda área de atuação dos egressos da Psicologia (CFP, 2001; BASTOS *et al.*, 2010; MALVEZZI; SOUZA; ZANELLI, 2010).

Sobre a espacialização do destino profissional dos egressos, tal como na pesquisa do CFP (1988), os achados deste estudo demonstram que os psicólogos ainda se concentram nas capitais do país. Naquele estudo, os dados mostraram que, em alguns estados brasileiros – Acre, Roraima, Amapá –, todos os psicólogos atuavam nas capitais, com exceção de Santa Catarina (51%) e Maranhão (71%), onde os psicólogos trabalhavam no interior, além das capitais. De maneira geral, no Brasil, 69% dos psicólogos têm o seu ambiente de trabalho nas capitais (CFP, 1988). No presente estudo, percebeu-se que, atualmente, 66% (58) dos egressos exercem atividades laborais em capitais do país – Belo Horizonte, Porto Alegre, São Paulo, Vitória, Maceió, João Pessoa e Belém –. Esses achados também são adequados à pesquisa de Bastos e Gomide (2010), que mostrou que cerca de 70% dos profissionais estudados atuavam nas capitais. Para os autores, esse índice ainda atinge 88% no CRP-03 da Bahia, ao passo que se revela mais reduzido nos estados do Sul. A atuação dos egressos nas capitais pode ser explicada pelas melhores condições de vida, o mercado de trabalho estabelecido, possibilidades de crescimento profissional, mais oportunidades de trabalho, sobretudo nas IES, entre outros fatores.

No que diz respeito à carga horária de trabalho semanal, 56% (44) dos egressos analisados dedicam 40 horas por semana ao exercício do seu trabalho principal. Os resultados encontrados diferem de resultados de outro estudo, que apontaram que a carga horária média de trabalho da profissão de Psicologia, de uma maneira geral, é inferior à média das outras profissões do Brasil (PASQUALI, 1988). Esse resultado pode ser explicado pela alta porcentagem de egressos atuando na docência (83%).

Os resultados desta pesquisa indicam que somente 4% dos egressos não possuem empregos formais, o que significa que a grande maioria da amostra estudada (96%) está trabalhando. É importante lembrar que o complemento da taxa de emprego formal dos egressos não pode ser entendido como correspondendo a uma espécie de taxa de desemprego. Isso se deve ao fato de que a taxa de doutores sem emprego formal inclui titulados que na data de referência não poderiam ser classificados como desempregados. Esse é o caso, por exemplo,

daqueles que estavam fazendo pós-doutorado sem vínculo empregatício, eram bolsistas, ou que eram professores voluntários, uma vez que esta última variável não foi contemplada pela presente pesquisa, porém já está presente na literatura nacional sobre a precariedade do trabalho docente universitário (GUIMARÃES; SOARES; CASAGRANDE, 2012).

5 Considerações finais

Em suma, os doutores são oriundos, de modo predominante, de cursos de graduação (91%) e de mestrado (82%) em Psicologia e são, sobretudo, de sexo feminino (64%). Quanto à procedência, a maioria é oriunda da UFMG tanto na graduação (51%), quanto no mestrado (84%). Ainda que a área de concentração mais escolhida pelos egressos tenha sido a Psicologia Social, esta foi pelos egressos de sexo masculino (24%). A área de concentração de Estudos Psicanalíticos foi a mais escolhida pelas mulheres (29%).

Em relação ao destino profissional, observa-se que a maioria (73= 83%) atua como docentes. Cerca de 47% lecionam na rede privada e 44% em instituições públicas, sendo a maioria deste oriunda da área de Psicologia Social. Já dos egressos que não atuam na docência (15 egressos), a maioria veio da área de Estudos Psicanalíticos (11) e é predominantemente do sexo feminino (80%). Um grupo de 53% (47) dos egressos possui outras ocupações profissionais. Quanto à espacialização do destino profissional dos egressos, 69 profissionais estão concentrados em Minas Gerais, sendo a maioria (48) em Belo Horizonte. Esses achados permitem confirmar a hipótese de que cursar o Doutorado contribui para aumentar a empregabilidade dos alunos.

Algumas limitações desta pesquisa se referem à falta de informações sobre alguns aspectos, como: raça/etnia, idade, as percepções dos egressos sobre a formação recebida, as dificuldades e/ou facilidades encontradas na sua inserção no mercado de trabalho, entre outros. Por isso, recomendamos que sejam realizados, no âmbito da Capes, estudos mais aprofundados para uma melhor compreensão da atuação profissional dos doutores no Brasil, de modo geral, que contemplem, sobretudo, os impactos causados pela pandemia de COVID-19.

Referências

ALMEIDA, A. J. *et al.* Parecer CFE nº 977/65, aprovado em 3 dez. 1965. **Revista Brasileira de Educação**, v. 30, p.162-173, 2005.

BARDAGI, M. P. *et al.* Escolha profissional e inserção no mercado de trabalho: percepções de estudantes formandos. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 10, n. 1, p. 69-82, 2006.

Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572006000100007>. Acesso em: 23 abr. 2020.

BARDAGI, M. P. *et al.* Avaliação da formação e trajetória profissional na perspectiva de egressos de um curso de psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 28, n. 2, p. 304-315, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v28n2/v28n2a07.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2008.

BASTOS, A. V. B.; GOMIDE, P. I. C. O psicólogo brasileiro: sua atuação profissional e formação profissional. In: YAMAMOTO, O. H.; COSTA, A. L. F (orgs.). **Escritos sobre o psicólogo no Brasil**. Natal: EDUFRN, 2010.

BASTOS, A. V. B.; GONDIM S. M. G.; BORGES-ANDRADE, J. E. O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. O que mudou nas últimas décadas. In: YAMAMOTO, O. H.; COSTA, A. L. F (orgs.). **Escritos sobre o psicólogo no Brasil**. Natal: EDUFRN, 2010.

BÔAS, G. V.; BARBOSA, M. L. O.; MAGGIE, Y. A pós-graduação, a academia e as trajetórias profissionais. In: VELLOSO J. (org.). **A pós-graduação no Brasil: formação e trabalho de mestres e doutores no país**. Brasília: Capes, 2002.

BORGES, L. O.; YAMAMOTO, O. H. Mundo do trabalho: construção histórica e desafios contemporâneos. In: ZANELLI J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. (orgs.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Trajetória da mulher na educação brasileira**. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/202-264937351/5710-sp-1216879868>. Acesso em: 02 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Documento de área: Psicologia**. 2016. Disponível em: <http://www.capes.gov.br>. Acesso em: 20 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Egressos da pós-graduação: áreas estratégicas**. Brasília: CAPES, 2017. Disponível em: <http://www.capes.gov.br>. Acesso em: 29 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Plano Nacional de Pós-Graduação (Pnpg) 2011-2020**. 2018a. Brasília: CAPES, 2018a. Disponível em: <http://www.capes.gov.br>. Acesso em: 23 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Educação doutoral: reformas e tendências**. Brasília: CAPES, 2018b. Disponível em: <http://www.capes.gov.br>. Acesso em: 24 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Documento de área: Psicologia**. 2019. Disponível em: <http://www.capes.gov.br>. Acesso em: 24 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Evolução do SNPG no decênio do PNPG 2011-2020**. Brasília: CAPES, 2021. Disponível em: <http://www.capes.gov.br>. Acesso em: 02 fev. 2022.

CASTRO, P. M. R.; PORTO, G. S. Ensino e pesquisa e nada mais? Uma análise com base em currículos lattes de pós-doutores egressos da capes. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 17, n. 1, p. 111-146, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.13058/raep.2016.v17n1.355>. Acesso em: 03 jul. 2019.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). **Brasil: mestres e doutores 2019**. Brasília: CGEE, 2019. Disponível em: <https://mestresdoutores2019.cgee.org.br>. Acesso em: 21 jul. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Quem é o psicólogo brasileiro?**. São Paulo: Edicon, 1988.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Pesquisa feita junto aos associados do Conselho Federal de Psicologia – Relatório final**. 2001. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/pesquisa-de-opinio-who-quem-o-psicologo-brasileiro/>. Acesso em: 24 abr. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Psicologia: uma profissão de muitas e diferentes mulheres**. Brasília: CFP, 2013. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Publica%C3%A7%C3%A3o_Mulher_FINAL_WEB.pdf. Acesso em: 21 mar. 2020.

CORAIOLA, D. M. *et al.* Pós-doutorado na formação dos docentes de programas de pós-graduação em administração no Brasil - Perfil e configuração. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 14, n. 4, p. 725-758, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.13058/raep.2013.v14n4.50>. Acesso em: 24 abr. 2020.

COSTA, A. L. F.; YAMAMOTO, O. H. Políticas sociais na pós-graduação stricto sensu de Psicologia. **Estudos de Psicologia**, v. 21, n. 4, p. 456-467, 2016. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.5935/1678-4669.20160044>. Acesso em: 25 abr. 2021.

DUARTE, M. E. *et al.* A construção da vida: um novo paradigma para compreender a carreira no século XXI. **Revista Portuguesa de Psicologia**, v. 42, p. 13-44, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28420641020>. Acesso em: 10 maio 2020.

LIMA-DIAS, M. S.; SOARES, D. H. P. Planejamento de carreira: Uma orientação para universitários. **Psicologia Argumento**, [S. l.], v. 30, n. 68, 2012. DOI: 10.7213/psicol.argum.5884. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/19953>. Acesso em: 20 out. 2022.

FERREIRA NETO, J. L. “Tudo pelo social”: questões emergentes na formação do psicólogo brasileiro. In: FERREIRA NETO, J. L. (org.). **A formação do psicólogo. Clínica, social e mercado**. São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: FUMEC/FCH, 2004.

GONDIM, S. M. G. *et al.* A Identidade do Psicólogo brasileiro. In: GONDIM, S. M. G.; A. BASTOS, V. B. (orgs.). **O Trabalho do psicólogo no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GUIMARÃES, V. N.; SOARES, S. V.; CASAGRANDE, M. D. H. Trabalho docente voluntário em uma Universidade Federal: nova modalidade de trabalho precarizado?.

Educação em Revista, v. 28, n. 3, 77-101, 2012. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S0102-46982012000300004>. Acesso em: 22 maio 2020.

HELOANI, R.; MACÊDO, K. B.; CASSIOLATO, R. O exercício da profissão: características gerais da inserção profissional do psicólogo. *In*: BASTOS, A. V. B.; GONDIM, S. M. G. (orgs.). **O trabalho do psicólogo no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2010a.

HELOANI, R.; MACÊDO, K. B.; CASSIOLATO, R. O psicólogo como trabalhador assalariado: setores de inserção, locais, atividades e condições de trabalho. *In*: BASTOS, A. V. B.; GONDIM, S. M. G. (orgs.). **O trabalho do psicólogo no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2010b.

JESUS, B. H. *et al.* Inserção no mercado de trabalho: trajetória de egressos de um curso de graduação em enfermagem. **Escola Anna Nery**, v. 17, n. 2, p. 336-345, 2013. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-81452013000200019>. Acesso em: 22 abr. 2021.

KILIMNIK, Z. M. *et al.* Seriam as âncoras de carreiras estáveis ou mutantes? um estudo com profissionais de administração em transição de carreira. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 9, n. 1, p. 43-60, 2008. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902008000100005&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 22 abr. 2021.

LANGENBACH, M.; NEGREIROS, T.C.G. A formação complementar: um labirinto profissional. *In*: CFP. **Quem é o Psicólogo Brasileiro**. p. 86-99. São Paulo: Edicon, 1998. Disponível em: http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/en/Acervo_files/QuemPsicologoBrasileiro.pdf. Acesso em: 14 abr. 2020.

LASSANCE, M. C.; SPARTA, M. A orientação profissional e as transformações no mundo do trabalho. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 4, n. 1-2, p. 13-19, 2003. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902003000100003&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 12 maio 2021.

LOPES, R. C. Prática de omissão de titulação no currículo: um estudo entre pós-graduandos e pós-graduados. **Revista Antropológicas**, v. 32, n. 1, p. 167-198, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaantropologicas/article/download/250780/38594>. Acesso em: 23 fev. 2022.

LOUZADA, R. C. R.; FILHO, J. F. S. Pós-graduação e trabalho: um estudo sobre projetos e expectativas de doutorandos brasileiros. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 12, p. 265-82, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702005000200003>. Acesso em: 25 maio 2019.

LUNA, I. N.; SANTOS, M. M. Profissão e carreira: Relações entre escolhas por cursos de graduação e âncoras de carreira. **Psicologia Argumento**, [S.l.], v. 31, n. 75, 2013. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20445>. Acesso em: 27 ago. 2021.

- MALVEZZI, S.; SOUZA, J. A. J.; ZANELLI, J. C. Inserção no mercado de trabalho: os psicólogos recém-formados. *In*: BASTOS, A. V. B.; GONDIM, S. M. G. (orgs.). **O trabalho do psicólogo no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- MANDELLI, M. T.; SOARES, D H. P.; LISBOA, M. D. Juventude e projeto de vida: novas perspectivas em orientação profissional. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 63, p. 49-57, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672011000300006&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 24 ago. 2021.
- MELO-SILVA, L. L.; MUNHOZ, I. M. S.; LEAL, M. S. Orientação profissional na educação básica como política pública no Brasil. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 20, n. 1, p. 3-18, 2019. Disponível em: <https://dx.doi.org/1026707/1984-7270/2019v19n2p133>. Acesso em: 27 abr. 2020.
- ORTIGOZA, G. S.; POLTRONIÉRI, L.; MACHADO, P. L. A atuação profissional dos egressos como importante dimensão no processo de avaliação de programas de pós-graduação. **Sociedade & Natureza**, v. 24, n. 2, p. 243-253, 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadnatureza/article/view/17491/pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- PASQUALI, L. Condições de trabalho do psicólogo. *In*: CFP. **Quem é o psicólogo Brasileiro**. São Paulo: Edicon, 1998. Disponível em: http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/en/Acervo_files/QuemPsicologoBrasileiro.pdf. Acesso em: 15 set. 2020.
- POCHMANN, M. Trabalho e formação. **Educação & Realidade**, v. 37, n. 2, p. 491-508, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/j8XvTYBCW9nXrCp3kvkQw5z/?lang=pt#>. Acesso em: 21 abr. 2021.
- SUPER, D. E. A life-span, life-space approach to career development. **Journal of Vocational Behavior**, v. 16, p. 282-298, 1980.
- TOURINHO, E. Z.; BASTOS, A. V. B. Desafios da pós-graduação em psicologia no Brasil. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 23, (Supl. 1), p. 35-46, 2010. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722010000400005>. Acesso em: 14 abr. 2020.
- VASCONCELOS, K. A. *et al.* A geração Y e suas âncoras de carreira. **GESTÃO.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 8, n. 2, p. 226-244. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/gestaoorg/article/view/21628>. Acesso em: 12 jan. 2020.
- VELOSO, E. F. R.; DUTRA, J.S.; NAKATA, L. E. Percepção sobre carreiras inteligentes: diferenças entre as gerações Y, X e baby boomers. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 32., 2008, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.
- VELHO, L. Formação de doutores no país e no exterior: estratégias alternativas ou complementares? **Dados: Revista de Ciências Sociais**, v. 44, n. 3, p. 607-631, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582001000300005>. Acesso em: 09 mai. 2020.

VELLOSO J. **A pós-graduação no Brasil**: formação e trabalho de mestres e doutores no país. Brasília: CAPES, 2002, v. I, 2002.

VELLOSO, J. Mestres e doutores no país: destinos profissionais e políticas de pós-graduação. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 123, p. 583-611, 2004. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742004000300005>. Acesso em: 09 maio 2020.

YAMAMOTO, O. H. Questão social e políticas públicas: revendo o compromisso da psicologia. In: BOCK, A. M. B. (org). **Psicologia e compromisso social**. São Paulo: Cortez, 2003.

YAMAMOTO, O. H. *et al.* A formação básica, pós-graduada e complementar do psicólogo no Brasil. In: BASTOS, A. V. B.; GONDIM, S. M. G. (orgs.). **O trabalho do psicólogo no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

WEBER, S. Mestres e doutores titulados entre 1990 e 1999. In: J. VELLOSO, J. **A Pós-Graduação no Brasil**: formação e trabalho de mestres e doutores no país. v. 2. Brasília: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2003.